DIEGO FRANZONI

**ARBITRAGEM SOCIETÁRIA:
FUNDAMENTOS PARA UMA POSSÍVEL REGULAÇÃO**

SÃO PAULO

2015

DIEGO FRANZONI

**ARBITRAGEM SOCIETÁRIA:
FUNDAMENTOS PARA UMA POSSÍVEL REGULAÇÃO**

Dissertação de mestrado apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Direito Comercial, no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP.

PROFESSOR ORIENTADOR
PROFESSOR DOUTOR HAROLDO MALHEIROS DUCLERC VERÇOSA

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

SÃO PAULO

2015

DIEGO FRANZONI

**ARBITRAGEM SOCIETÁRIA:
FUNDAMENTOS PARA UMA POSSÍVEL REGULAÇÃO**

Dissertação de mestrado apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Direito Comercial, no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP.

Aprovado em: _____

Banca Examinadora:

Professor Doutor Haroldo Malheiros Duclerc Verçosa (orientador)

Instituição: Universidade de São Paulo – FADUSP

Julgamento: _____

Professor(a) Doutor(a) _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Professor(a) Doutor(a) _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Para Fernanda, começo e fim de tudo isso,

Para meus irmãos Guilherme, Caroline e Thaís, que são luz em nossas vidas,

E para minha avó Santa Franzoni, in memoriam.

SUMÁRIO

RESUMO.....	I
ABSTRACT.....	II
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	III
INTRODUÇÃO.....	1
1. O TEMA.....	1
2. RELEVÂNCIA E ATUALIDADE.....	3
3. DELIMITAÇÃO DO ESCOPO DESTES TRABALHOS.....	5
3.1. REVISÃO CRÍTICA DE QUESTÕES QUE JÁ FORAM OBJETO DE EXAME PELA DOUTRINA	6
3.2. ESTUDO FOCADO NO DIREITO BRASILEIRO.....	7
3.3. ANÁLISE GERAL QUANTO A TIPOS SOCIETÁRIOS	8
3.4. ABORDAGEM GERAL DOS LITÍGIOS SOCIETÁRIOS QUE PODEREM SER OBJETO DE ARBITRAGEM	8
3.5. O INFLUXO DO DIREITO MATERIAL	8
3.6. PLANO DO TRABALHO	10
PARTE I – ADEQUAÇÃO E CABIMENTO DA ARBITRAGEM EM MATÉRIA SOCIETÁRIA	13
CAPÍTULO I – ADEQUAÇÃO DA ARBITRAGEM EM MATÉRIA SOCIETÁRIA (POSSÍVEIS VANTAGENS E DESVANTAGENS DA SUA ESCOLHA).....	14
I.1. OBJETIVO DESTES CAPÍTULOS	14
I.2. VANTAGENS DA ARBITRAGEM.....	14
I.2.1. Especialidade.....	14
I.2.1.1. <i>Os árbitros são “seres do mercado”</i>	15
I.2.1.2. <i>A possibilidade de escolha do árbitro, inclusive em razão da sua especialidade</i> ...	16
I.2.1.3. <i>O árbitro deve se comprometer com o tempo da causa</i>	17
I.2.1.4. <i>A especialidade da via arbitral é uma vantagem certa</i>	18
I.2.2. Celeridade	18
I.2.2.1. <i>A inexistência de recursos</i>	19
I.2.2.2. <i>O árbitro deve se comprometer com o tempo da causa</i>	21
I.2.2.3. <i>Ressalva quanto à fase de execução</i>	21
I.2.2.4. <i>Outras ressalvas</i>	22
I.2.2.5. <i>A celeridade da via arbitral é uma vantagem possível</i>	22
I.2.3. Confidencialidade	22
I.2.3.1. <i>A ampla divulgação do litígio é prejudicial a qualquer sociedade</i>	22
I.2.3.2. <i>O incentivo à transparência no diálogo e ao cumprimento espontâneo de decisões</i>	24
I.2.3.3. <i>A confidencialidade da arbitragem é uma vantagem relativa</i>	24

I.2.4. Informalidade	24
I.2.4.1. <i>O diálogo procedimental propiciado pelo ambiente da arbitragem</i>	24
I.2.4.2. <i>A flexibilidade do procedimento</i>	25
I.2.4.3. <i>A informalidade da arbitragem é uma vantagem possível</i>	26
I.3. DESVANTAGENS DA ARBITRAGEM	26
I.3.1. Custos de curto e médio prazo	26
I.3.2. Possibilidades de questionamento perante o Judiciário	28
I.3.3. Impossibilidade de recursos	28
I.3.4. Dependência	29
I.4. A ARBITRAGEM COMO INSTRUMENTO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E PROTEÇÃO DO INTERESSE MAJORITÁRIO.....	30
I.5. A ARBITRAGEM SOCIETÁRIA COMO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO DO MINORITÁRIO?	31
I.5.1. A solução restritiva	31
I.5.1.1. <i>Itália</i>	32
I.5.1.2. <i>Estados Unidos da América</i>	34
I.5.2. O sistema brasileiro.....	35
I.5.2.1. <i>Mecanismos da Lei das S/A</i>	35
I.5.2.2. <i>O sistema de proteção através de ação civil pública</i>	38
I.6. CONCLUSÕES PARCIAIS	40
I.6.1. Reafirmação da arbitragem societária como solução realisticamente possível no sistema brasileiro	41
I.6.2. Não se pode falar simplesmente “da arbitragem societária”, mas sim “de alguma arbitragem societária”, ou “da arbitragem societária que se busca”	42
I.6.3. O necessário reconhecimento de diferenças fundamentais entre sociedades anônimas abertas e fechadas.....	44
I.6.4. Necessidade de pensar a arbitragem como um meio possível de resolução de litígios que atende aos postulados do devido processo legal.....	46
CAPÍTULO II – CABIMENTO DA ARBITRAGEM EM MATÉRIA SOCIETÁRIA (O ESTÁGIO ATUAL DA MATÉRIA NO BRASIL: “ARBITRABILIDADE”)	47
II.1. OBJETIVO DESDE CAPÍTULO E NOÇÃO DE “ARBITRABILIDADE”	47
II.2. “ARBITRABILIDADE SUBJETIVA”	48
II.2.1. O cerne da discussão e sua delimitação: o alcance da cláusula compromissória (sócio dissidente, sócio ausente, sócio futuro)	52
II.2.2. A posição de Modesto Carvalhosa.....	54
II.2.3. A irrelevância da oposição institucionalismo-contratualismo	57
II.2.4. O “status” de sócio e a inarredável aplicação do princípio da maioria.....	58
II.2.5. A natureza das coisas	62
II.2.6. A superação da discussão: o entendimento majoritário.....	65
II.2.6.1. <i>Dever, e não faculdade do sócio de se sujeitar à cláusula compromissória</i>	

<i>societária</i>	67
II.2.6.2. <i>A interpretação condizente com o §2º do art. 109 e a desinflência da localização do dispositivo na Lei das S/A</i>	67
II.2.6.3. <i>A ausência de contrariedade ao art. 5º, inc. XXXV, da CF</i>	68
II.2.6.4. <i>O não enquadramento como pacto parassocial</i>	69
II.2.6.5. <i>A inaplicabilidade do art. 4º, §2º, da Lei de Arbitragem</i>	69
II.2.6.6. <i>A excepcionalidade das hipóteses de unanimidade ou quórum qualificado</i>	70
II.2.6.7. <i>A ausência de violação à autonomia dos sócios</i>	71
II.2.7. <i>A equivalência de tratamento da questão nas sociedades limitadas e nas sociedades anônimas fechadas</i>	72
II.2.8. <i>O tratamento da questão no PL 406/2013</i>	73
II.3. “ARBITRABILIDADE OBJETIVA”	74
II.3.1. <i>A necessidade de interpretação crítica do art. 1º da Lei de Arbitragem</i>	76
II.3.1.1. <i>Afastamento de interpretações arbitrárias</i>	76
II.3.1.2. <i>Inexistência de conexão entre disponibilidade e possibilidade de transação</i>	77
II.3.1.3. <i>Tendência do direito brasileiro (arts. 851-853 do CC e art. 8º, p. u., da Lei de Arbitragem)</i>	78
II.3.2. <i>Premissa: a submissão de um litígio à arbitragem não representa renúncia a direitos ou desvio a normas de ordem pública</i>	81
II.3.3. <i>A arbitrabilidade dos direitos políticos dos acionistas</i>	85
II.3.4. <i>Limites de aplicação: o princípio da “necessária incidência sobre o pacto social”</i>	86
II.3.5. <i>Uma peculiaridade: impossibilidade de arbitragem por equidade?</i>	89
II.4. CONCLUSÕES PARCIAIS	92
PARTE II – APLICAÇÃO DA ARBITRAGEM NOS LITÍGIOS SOCIETÁRIOS: ALGUNS PONTOS RELEVANTES	95
CAPÍTULO III – QUÓRUM QUALIFICADO E DIREITO DE RECESSO	96
III.1. OBJETIVO DESTE CAPÍTULO	96
III.2. O ESTADO ATUAL DA MATÉRIA NO DIREITO BRASILEIRO	98
III.2.1. <i>Sociedades reguladas no Código Civil (exceto a limitada)</i>	98
III.2.2. <i>Sociedade por quotas de responsabilidade limitada: a divergência na doutrina</i>	99
III.2.3. <i>Sociedade anônima aberta</i>	102
III.2.4. <i>Sociedade anônima fechada</i>	103
III.2.5. <i>Sociedade em comandita por ações</i>	104
III.2.6. <i>Delimitação do interesse da discussão</i>	104
III.3. <i>A SOLUÇÃO QUE ESTABELECE QUÓRUM QUALIFICADO E DIREITO DE RECESSO</i>	105
III.3.1. <i>A experiência estrangeira</i>	105
III.3.2. <i>A proposta do PL 406/2013</i>	107

III.4. INCOERÊNCIA HISTÓRICA E TEÓRICA DESSA SOLUÇÃO: A INEXISTÊNCIA DE CONEXÃO ENTRE A CLÁUSULA DE RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS E O DIREITO DE RECESSO.....	109
III.4.1. O preciso enquadramento do tema	109
III.4.2. Fundamento histórico e função do direito de recesso: contraponto ao princípio majoritário	111
III.4.3. As hipóteses da nossa lei acionária	113
III.4.4. Natureza de direito potestativo e consequências de seu exercício	116
III.4.5. A inexistência de conexão entre a cláusula de resolução de litígios e as questões estruturais e relevantes nas quais o recesso se justifica.....	118
III.4.6. Inconsistências práticas dessa solução	120
III.5. MECANISMOS ALTERNATIVOS DE PROTEÇÃO DOS SÓCIOS	122
III.6. CONCLUSÕES PARCIAIS	124
CAPÍTULO IV – AINDA OS LIMITES SUBJETIVOS: VINCULAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS E DOS SEUS TITULARES À CLÁUSULA ARBITRAL SOCIETÁRIA	127
IV.1. OBJETIVO DESTE CAPÍTULO	127
IV.2. POSSÍVEIS SOLUÇÕES	127
IV.2.1. Posição restritiva	127
IV.2.2. Posição intermediária: necessidade de adesão expressa	128
IV.2.3. Posição ampliativa	129
IV.2.4. Posição ampliativa mitigada	130
IV.3. A CORRENTE AMPLIATIVA É A ÚNICA COMPATÍVEL COM O “ORDENAMENTO JURÍDICO SOCIETÁRIO” E COM A SEGURANÇA JURÍDICA.....	132
IV.4. RESSALVAS QUANTO A POSSÍVEIS QUESTÕES DE CUNHO EMPREGATÍCIO DE DIRETORES OU GERENTES	132
IV.5. SOCIEDADES DO CÓDIGO CIVIL.....	134
IV.6. CONCLUSÕES PARCIAIS	134
CAPÍTULO V – CONFIDENCIALIDADE	136
V.1. OBJETIVO DESTE CAPÍTULO.....	136
V.2. A CONFIDENCIALIDADE NA ARBITRAGEM.....	137
V.3. O “FULL DISCLOSURE” NAS S/A ABERTAS	138
V.4. O FALSO PROBLEMA TEÓRICO E LEGAL.....	139
V.4.1. A confidencialidade não é requisito intrínseco e inafastável da arbitragem ...	139
V.4.2. Confidencialidade não se confunde com privacidade	140
V.4.3. A imposição legal e regulatória de divulgação de informações relevantes ao mercado	141
V.4.4. A interpretação da lei das s/a conjugada com a lei 6.385/76.....	141
V.5. OS PROBLEMAS DE ORDEM PRÁTICA.....	142

V.5.1. O regulamento da CAM da BM&FBovespa e o seu aprisionamento ao modelo atual	142
V.5.2. A divulgação de fatos relevantes	143
V.6. CONCLUSÕES PARCIAIS	145
CAPÍTULO VI – ALGUMAS QUESTÕES PROCESSUAIS E PROCEDIMENTAIS DECORRENTES DA PLURALIDADE DE PARTES ENVOLVIDAS	147
VI.1. OBJETIVO DESTE CAPÍTULO	147
VI.2. APONTAMENTO DOS ÁRBITROS	148
VI.2.1. A solução francesa para a arbitragem multiparte	148
VI.2.2. A solução italiana voltada para a arbitragem societária	149
VI.2.3. Arbitragem institucional.....	151
VI.3. “INTERVENÇÃO DE TERCEIROS” E REUNIÃO DE PROCESSOS	153
VI.3.1. Coisa julgada e eficácia da sentença nas ações de impugnação de deliberações societárias (no processo societário em geral)	154
VI.3.2. O problema na arbitragem societária	157
VI.3.3. Necessidade de dar ciência da existência da demanda a todos os colegitimados.....	160
VI.4. NOVAMENTE: RESSALVA QUANTO À MULTIPLICIDADE DE SITUAÇÕES CONCRETAS	162
VI.5. CONCLUSÕES PARCIAIS	163
CAPÍTULO VII – IMPASSES DE NATUREZA NEGOCIAL.....	164
VII.1. OBJETIVO DESTE CAPÍTULO	164
VII.2. A VISÃO TRADICIONAL.....	165
VII.3. A QUESTÃO NO DIREITO SOCIETÁRIO BRASILEIRO.....	166
VII.4. A ARBITRABILIDADE OBJETIVA DOS IMPASSES DE NATUREZA NEGOCIAL	168
VII.5. CONCLUSÕES PARCIAIS	169
CONCLUSÃO	172
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	175

FRANZONI, Diego. 2015. 201 f. **Arbitragem societária: fundamentos para uma possível regulação**. Mestrado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

RESUMO

O trabalho tem por objetivo a análise do tema da arbitragem societária, entendida aqui como a arbitragem decorrente de cláusula arbitral inserida no ato constitutivo de uma sociedade. Analisa-se, num primeiro momento, a adequação da arbitragem em matéria societária, o que compreende a investigação de suas vantagens e desvantagens em relação à justiça estatal e de algumas consequências da escolha da via arbitral para os sujeitos envolvidos. Num segundo momento, trata-se do cabimento da arbitragem em matéria societária, o que compreende o estudo da arbitrabilidade dos pontos de vista subjetivo e objetivo. A arbitrabilidade subjetiva é tema que envolve a polêmica sobre a vinculação de sócios que não concordem expressamente com a cláusula arbitral inserida mediante deliberação majoritária. Feito isso, o trabalho rumará para temas sensíveis de aplicação da arbitragem societária: (i) a possível instituição de quórum qualificado e direito de recesso ao acionista para a inserção de cláusula compromissória no ato constitutivo de sociedade; (ii) a vinculação dos órgãos sociais e de seus titulares à cláusula arbitral societária; (iii) a confidencialidade; (iv) as questões procedimentais decorrentes da multiplicidade de sujeitos envolvidos; e (v) o julgamento de impasses de natureza negocial pelos árbitros. Ao final, pretende-se verificar se algum desses pontos merece regulação legal.

Palavras-chave: arbitragem, direito societário, cláusula arbitral societária, regulação legal.

FRANZONI, Diego. 2015. 201 f. **Intra-corporate arbitration: grounds for a possible regulation**. Master – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2015.

ABSTRACT

The work aims to analyze the subject of intra-corporate arbitration, understood here as arbitration derived from arbitration clauses inserted in articles of association of companies. It analyses, at first, the appropriateness of arbitration for corporate disputes, which encompasses investigation about the advantages and disadvantages of arbitration compared to state justice and some consequences of the choice of arbitration for subjects involved. Secondly, investigation focuses in arbitrability (both from a subjective and an objective perspective). From a subjective perspective, investigation concerns the controversy about the possibility of imposing the arbitration clause inserted in articles of incorporation by the majority of the partners or shareholders against the will of those who do not agree expressly with the arbitration clause. Later, the work aims to analyze some sensitive issues concerning the implementation of intra-corporate arbitration: (i) the possible creation of qualified quorum and withdrawal rights for the partners or shareholders that do not agree with the arbitration clause imposed by the majority; (ii) the possibility to impose the arbitration clause against corporate bodies and its members; (iii) confidentiality; (iv) some procedural issues derived from multiple people involved in litigation about the same subject matter; (v) the possibility for arbitrators to judge controversies related to business matters. The final purpose is to determine whether any of these controversial topics should have legal regulation.

Keywords: arbitration, corporate law, intra-corporate arbitration clause, legal regulation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

art. – artigo

BM&FBovespa – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S/A

CAM – Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBovespa

CAMFIEP – Câmara de Arbitragem da Federação das Indústrias do Estado do Paraná

CC – Código Civil (Lei 10.406/2002, Brasil)

CCBC – Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá

CCI – Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional

CCom – Código Comercial (Lei 556/1850, Brasil)

CF – Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988

CPC – Código de Processo Civil (Lei 5.869/1973, Brasil)

CVM – Comissão de Valores Mobiliários, Brasil

EUA – Estados Unidos da América

inc. – inciso

Lei das S/A – Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/1976, Brasil)

Lei de Arbitragem – Lei 9.307/1996, Brasil

lt da ou **limitada** – sociedade por quotas de responsabilidade limitada

n. ou **nº** – número

PL – Projeto de Lei

S/A – sociedade anônima

SEC – (U.S.) *Securities Exchange Commission*, norte-americana

STF – Supremo Tribunal Federal do Brasil

INTRODUÇÃO

*A qualidade do regime legal constitui, portanto, fator de primordial importância: (i) é condição necessária, ainda que não suficiente, para o desenvolvimento do mercado de capitais e o florescimento da dispersão acionária; e (ii) determina a eficiência, ou não, do modelo de capital concentrado. O sistema de solução de conflitos societários, voltado a assegurar o cumprimento das normas de proteção aos investidores, é parte indissociável dessa equação, exercendo papel absolutamente central.*¹

1. O TEMA

A arbitragem se firmou definitivamente no Brasil com o julgamento da Sentença Estrangeira 5.206 pelo Supremo Tribunal Federal, em 12.12.2001, no qual se confirmou a constitucionalidade de dispositivos da Lei de Arbitragem (Lei 9.307/96). No entanto, somente mais recentemente a arbitragem se consolidou, na prática brasileira, como um meio de resolução de litígios.

No mesmo ano de 2001, a Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76) foi modificada pela Lei 10.303 para a inclusão do §3º no art. 109, que prevê que “O estatuto da sociedade pode estabelecer que as divergências entre os acionistas e a companhia, ou entre os acionistas controladores e os acionistas minoritários, poderão ser solucionadas mediante arbitragem, nos termos em que especificar”. A partir daí, notou-se uma preocupação da doutrina no sentido de determinar, especialmente, o alcance subjetivo da cláusula compromissória estatutária.

De um lado, a respeitada opinião de Modesto Carvalhosa deu-se no sentido de que o citado dispositivo estabeleceria um direito subjetivo potestativo do acionista de se valer da arbitragem, aderindo à cláusula arbitral societária quando desejasse. Para Carvalhosa, interpretação diferente esbarraria no comando do art. 5º, inc. XXXV, da Constituição Federal, que estabelece que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”². Segundo tal posicionamento, seria necessário o expresso consentimento de todo e qualquer acionista para sujeitá-lo compulsoriamente à

---

¹ MUNHOZ, Eduardo Secchi. A importância do sistema de solução de conflitos para o direito societário: limites do instituto da arbitragem. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti J. (coord.). *Processo Societário*. São Paulo: Quartier Latin, 2012, p. 77-99. p. 77-78.

² CARVALHOSA, Modesto. *Comentários à Lei de sociedades anônimas*. v. 2. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 379-407.

arbitragem instituída por cláusula inserida no contrato social ou estatuto de uma sociedade.

De outro lado, inúmeros autores formaram a corrente majoritária a respeito do tema, defendendo que a cláusula compromissória societária³, uma vez aprovada pela maioria no âmbito da sociedade, seria oponível a todos os sócios ou acionistas, mesmo em face dos ausentes, dissidentes ou daqueles que ingressaram na sociedade após a deliberação que instituiu a convenção arbitral⁴.

Pode-se dizer que, atualmente, a questão do alcance subjetivo da cláusula compromissória societária se encontra bastante sedimentada na doutrina nacional, tanto entre os estudiosos da arbitragem, quanto entre a maioria dos estudiosos do direito das sociedades. Assentou-se que o sócio, ao ingressar na sociedade, submete-se ao princípio da maioria, devendo aceitar todas as cláusulas contratuais ou disposições estatutárias aprovadas pela maioria societária, dentre as quais se inclui a cláusula arbitral que eventualmente tenha sido deliberada⁵.

Com relação à arbitrabilidade objetiva, é reconhecida a ampla arbitrabilidade dos litígios societários, dado o seu caráter eminentemente patrimonial. Há que se distinguir a necessária vinculação às normas cogentes ou de ordem pública presentes no direito das sociedades – vinculação que se aplica ao árbitro do mesmo modo que se aplica ao juiz estatal – da disponibilidade ou patrimonialidade do direito, que permite que este seja submetido à arbitragem⁶, nos termos do art. 1º da Lei de Arbitragem⁷.

No entanto, em consonância com uma crescente preocupação a respeito de temas atinentes à arbitragem, como consequência da sua crescente utilização no Brasil, há questões específicas que tocam à arbitragem societária que, apesar de já terem sido objeto de estudo e opinião balizados⁸, ainda carecem de sedimentação. Como a arbitragem societária está prevista somente no art. 109 da Lei das S/A, diversos aspectos atinentes ao

---

³ Optamos por nos referir ao objeto de estudo como cláusula arbitral societária dada a abrangência da expressão, mais ampla do que a cláusula arbitral estatutária (da sociedade anônima). O presente trabalho pretende estudar e propor soluções gerais sobre o tema, aplicáveis à arbitragem societária, independentemente do tipo societário. É evidente, por outro lado, que algumas questões mostram-se mais afetas a determinados tipos societários. Há também temas (como o direito de recesso) que exigem análises diferenciadas quando se trata de um tipo societário ou de outro. Nos momentos em que nos referirmos a algum tipo societário específico, procuraremos deixar isso claro no texto.

⁴ Por todos: LOBO, Carlos Augusto da Silveira. A cláusula compromissória estatutária. In: *Revista de Arbitragem e Mediação*, ano 6, n. 22, jul.-set./2009, p. 11-32; e MARTINS, Pedro Batista. *Arbitragem no Direito Societário*. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

⁵ MARTINS, *Arbitragem no Direito Societário*, capítulo 2 e capítulo 4, item 4.

⁶ MARTINS, *Arbitragem no Direito Societário*, capítulo 6.

⁷ “Art. 1º As pessoas capazes de contratar poderão valer-se da arbitragem para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis”.

⁸ Autores que fizeram a abordagem do tema em obras específicas e de maneira aprofundada: VILELA, Marcelo Dias Gonçalves. *Arbitragem no Direito Societário*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004; e MARTINS, *Arbitragem no Direito Societário*.

tema deixaram de ser objeto de regulação legal, ensejando a necessidade de aprofundamento da discussão sobre a aplicação prática da cláusula arbitral societária no Brasil⁹.

2. RELEVÂNCIA E ATUALIDADE

Os conflitos societários são um evidente campo fértil para a utilização da arbitragem, tendo em vista a sua característica eminentemente patrimonial. Lembre-se que o próprio Código Comercial (Lei 556/1850) originariamente previa que o juízo arbitral funcionaria como uma espécie de *tribunal geral do comércio*¹⁰. Mais especificamente, o art. 294 previa que os litígios envolvendo sócios ou acionistas de uma sociedade deveriam ser obrigatoriamente solucionados por arbitragem¹¹. Também o art. 302 estabelecia que o ato constitutivo das sociedades comerciais deveria conter “A forma da nomeação dos árbitros para juízes das dúvidas sociais” (n. 5). Essa obrigatoriedade deixou de existir com o advento da Lei 1.350/1866¹².

Somente em 2001 a legislação brasileira voltou a prever a utilização da arbitragem societária, na Lei das S/A¹³. No entanto, como já mencionado, a redação do §3º do art. 109 deixou diversas dúvidas a respeito da implementação prática da arbitragem societária, sendo que, posteriormente, nenhum outro diploma legal tratou do tema.

---

⁹ Nesse sentido, uma das propostas originais do presente estudo é determinar se as questões colocadas a seguir devem ser reguladas pela lei e, em caso positivo, por qual lei. Não se pode perder de vista que o Projeto de Lei 7.108/2014, originário do PL 406/2013 do Senado Federal, que visa alterar a Lei de Arbitragem e a Lei das S/A, encontra-se em fase avançada de tramitação. Desse modo, referiremos (i) às possíveis alterações pretendidas por tal Projeto, bem como (ii) a outras eventuais questões que poderiam ser objeto de regulação legal ou, por outro lado, ser deixadas à regulamentação das câmaras arbitrais ou das partes em cada caso concreto.

¹⁰ Segundo o art. 20 do Título Único “Da Administração da Justiça nos Negócios e Causas Comerciais”: “Serão necessariamente decididas por árbitros as questões e controvérsias a que o Código Comercial dá esta forma de decisão”.

¹¹ “Art. 294 Todas as questões sociais que se suscitarem entre sócios durante a existência da sociedade ou companhia, sua liquidação ou partilha, serão decididas em juízo arbitral”.

¹² “Art. 1º Fica derogado o Juízo Arbitral necessario, estabelecido pelo artigo vinte titulo unico do Codigo Commercial. § 1º O Juizo Arbitral será sempre voluntario mediante o compromisso das partes. § 2º Podem as partes autorizar os seus arbitros para julgarem por equidade independentemente das regras e fórmulas de direito”.

¹³ O que, a nosso ver, não significa que não se pudesse, mesmo antes de 2001, instituir cláusula arbitral societária. No entanto, conforme ficará evidente ao longo da exposição do tema, a arbitragem societária, em função de suas peculiaridades, carece de um nível de regulação específico (e talvez mais intenso) do que a arbitragem aplicada aos contratos de troca. Nesse sentido, a modificação da Lei das S/A procurou trazer maior segurança jurídica para a aplicação da arbitragem nas sociedades anônimas, fazendo-o, sob certo ângulo, de forma rasa e até mesmo equivocada. Por outro lado, a necessidade de regulação não implica necessariamente regulamentação ao nível legislativo. É possível que a regulação buscada seja atingida pela própria redação da cláusula arbitral, pelos regulamentos de arbitragem das instituições ou até mesmo pela doutrina, ao sistematizar as peculiaridades atinentes à matéria.

Essas dúvidas, especialmente no que diz respeito ao que comumente se denomina *arbitrabilidade subjetiva* dos conflitos societários, provavelmente contribuíram para que a arbitragem societária não tivesse, até aqui, o sucesso que se esperava quando a Lei das S/A foi reformada, especialmente no âmbito das sociedades fechadas e das sociedades abertas que não atuam nos níveis mais avançados de governança corporativa. Afinal, as discussões geraram insegurança jurídica, o que é incompatível com o ambiente empresarial e societário. Desde então, a doutrina majoritária tem se esforçado para sanar essa situação, esclarecendo que a instituição da cláusula compromissória societária deve se pautar no princípio da maioria.

A qualidade do sistema de solução de litígios é fator bastante relevante para o desenvolvimento das sociedades e da atividade empresarial. No âmbito das sociedades de capitais, a necessidade de desenvolvimento desse aspecto se faz ainda mais evidente. Conforme observa Eduardo Secchi Munhoz no trecho com o qual inauguramos este trabalho, o desenvolvimento do mercado de capitais depende da existência de mecanismos eficientes de proteção ao investidor, o que inclui um adequado sistema de resolução de litígios.

Mas não é apenas nas sociedades abertas ou de grande porte que o tema se mostra relevante. É inegável que a qualidade do sistema de solução de litígios é fundamental para o desenvolvimento das sociedades em geral, seja qual for o seu tipo. Afinal, mesmo no âmbito de sociedades menores (e até mesmo familiares), a certeza de que eventuais litígios poderão ser resolvidos de maneira eficiente contribui naturalmente para encorajar e preservar o desenvolvimento empresarial.

Essa deve ser uma premissa básica, a permear todo o estudo que se busca empreender. Não há sentido em pensar a arbitragem dissociada da ideia de que é necessário estabelecer um sistema mais eficiente de proteção dos direitos dos sujeitos envolvidos no mercado de capitais e no mercado empresarial em geral.

Ademais, é inegável que o tema proposto, apesar de já estar sendo maturado pela doutrina brasileira, com base inclusive no direito comparado, ainda está sujeito a diversas discussões. A tramitação do PL 406/2013 do Senado (que trata da reforma da Lei de Arbitragem e da Lei das S/A), do anteprojeto de um possível novo Código Comercial¹⁴ e a recente aprovação, no Senado Federal, do novo Código de Processo Civil¹⁵ também

---

¹⁴ PL 1.572/2011 da Câmara dos Deputados e PL 487/2013 do Senado Federal.

¹⁵ PL 166/2010 do Senado, que tramitou na Câmara dos Deputados sob o nº 8.046/2010, e foi aprovado pelo Senado em 16.12.2014.

contribuem para esse cenário. Trata-se de tema em que se encontra uma grande interseção entre o direito material e o processo¹⁶.

A arbitragem societária, portanto, é tema bastante atual e sobre o qual muito ainda será discutido nos próximos anos, tanto em face de eventual lei que trate da matéria, quanto em face de regulação proposta *de lege ferenda*, ou mesmo no sentido de aplicar a arbitragem societária com o quadro legal atualmente existente no Brasil e de maneira consentânea com os princípios e regras do direito societário.

Em síntese, importância da arbitragem societária é mesmo evidente, uma vez que a arbitragem, pelas suas características como forma de resolução de litígios, amolda-se ao direito comercial, cujos institutos são voltados ao incremento do fluxo das relações comerciais¹⁷.

Nesse sentido, é relevante a explicação de Arnoldo Wald:

Adicionalmente, os conflitos societários representam um alto custo para as empresas, ameaçando reduzir o valor das suas ações e dificultando a sua expansão e o seu desenvolvimento. Em muitos casos, as batalhas entre minoritários e majoritários, ou entre titulares do controle partilhado, perturbam o futuro da empresa, na medida em que ela perde credibilidade e vê o seu crédito minguar. Em certos casos, a dissolução total ou parcial das empresas ou conflitos sucessivos entre os acionistas podem até leva-las à insolvência.¹⁸

3. DELIMITAÇÃO DO ESCOPO DESTES TRABALHOS

Antes de prosseguir, procuraremos delimitar claramente o escopo deste trabalho. Trata-se de tema que pode englobar uma gama muito ampla de questões, abordadas por diversos ângulos e de forma interdisciplinar. É necessário, por isso, delimitar as questões que nos parecem relevantes e adequadas para o âmbito deste estudo,

---

¹⁶ Nesse sentido, Flávio Luiz Yarshell e Guilherme Setoguti J. Pereira explicam que a disciplina do processo se amolda às características do direito material invocado. Assim, “o direito positivo – distanciando-se do conceito frio, por assim dizer, da teoria geral do processo – conhece uma série expressiva de ‘processos civis’ ou de ‘micro sistemas’”. Segundo os mesmos autores, por tal razão “A existência desses outros sistemas é imperativo do caráter instrumental do processo, de um lado, e das peculiaridades do direito material, de outro” (In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti J. (coord.). *Processo Societário*. São Paulo: Quartier Latin, 2012. p. 21-24 – prefácio).

¹⁷ Paula Forgioni menciona a advertência já feita pelo Visconde de Cairu: “Sempre advertiram os comercialistas que um mercado que não dê guarida à boa-fé e à proteção da legítima expectativa da outra parte tenderia ao colapso, porque dificultaria o ‘gyro comercial’ (CAIRU) ou a fluidez das relações econômicas. O direito atua para disciplinar, para obrigar a adoção de um comportamento que, embora possa não interessar imediatamente ao empresário oportunista, permite a preservação e o funcionamento do sistema como um todo” (FORGIONI, Paula A. *Teoria Geral dos Contratos Empresariais*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p. 80).

¹⁸ WALD, Arnoldo. A crise e a arbitragem no direito societário e bancário. In: *Revista de Arbitragem e Mediação*, ano 6, n. 20, jan.-mar./2009, p. 9-24. p. 16.

bem como a forma como serão tratadas.

Uma primeira premissa, mais evidente, é de que o presente trabalho tratará apenas da arbitragem derivada de cláusula compromissória inserta em contrato social ou estatuto de sociedade, com o escopo de dirimir conflitos internos ao âmbito societário. Não se pretende tratar especificamente da celebração de compromissos arbitrais para a realização de arbitragens com esse mesmo escopo, embora em relação a muitas questões a solução tenda a ser muito próxima daquela proposta para a cláusula arbitral societária, objeto do presente trabalho¹⁹.

3.1. REVISÃO CRÍTICA DE QUESTÕES QUE JÁ FORAM OBJETO DE EXAME PELA DOCTRINA

Em primeiro lugar, o presente trabalho não buscará repetir ou revisar entendimentos já consolidados a respeito da arbitragem e da arbitragem societária, sem que se tente trazer uma visão crítica sobre os temas tratados.

Na primeira parte, integrada por dois capítulos, será necessário assentar algumas questões gerais, fundamentais para que se discutam questões mais específicas, atinentes à aplicação da arbitragem no âmbito societário. Pretende-se revisitar algumas questões que já foram exaustivamente exploradas pela doutrina. Mas isso não será feito com o intuito de simplesmente repetir análises já consagradas, e sim com a intenção de revisar criticamente algumas premissas que poderão ser posteriormente úteis.

Assim, no primeiro capítulo procurar-se-á determinar algumas vantagens e desvantagens da arbitragem societária do ponto de vista da sociedade e dos sócios, e mais especificamente do controlador e do minoritário no caso da sociedade anônima.

O segundo capítulo será destinado ao tema da *arbitrabilidade* que, como já informado, foi o mais discutido na doutrina brasileira sobre a arbitragem societária (especialmente pelo ângulo subjetivo). As considerações que procuraremos fazer nesse ponto deverão fundamentar análises de tópicos específicos que serão tratados no capítulo seguinte, em que pretendemos tratar dos assuntos que estão no centro do debate atual sobre o tema²⁰.

---

¹⁹ Do mesmo modo, não haverá estudo específico e aprofundado sobre os efeitos de cláusula arbitral inserta em acordos de acionistas, embora haja a possibilidade de tais efeitos também serem semelhantes àqueles decorrentes da *cláusula arbitral societária* no sentido adotado no presente trabalho.

²⁰ As considerações a respeito do princípio da maioria, por exemplo, são intimamente ligadas ao enfrentamento da questão de saber se a instituição de cláusula arbitral estatutária deve conduzir ao direito de

Na segunda parte do trabalho, trataremos de *questões de aplicação* da arbitragem societária, as quais estão descritas mais adiante.

3.2. ESTUDO FOCADO NO DIREITO BRASILEIRO

Embora o estudo de direito comparado seja método relevante, o tema será tratado especialmente em vista da realidade brasileira, tendo em consideração especialmente o estado atual da arbitragem no Brasil. Para isso, tomar-se-á em conta, especialmente, a legislação atinente às questões propostas e a doutrina do direito societário e da arbitragem.

A arbitragem constitui, por excelência, o meio de resolução de litígios no âmbito internacional²¹. No entanto, daremos ênfase ao direito brasileiro no presente trabalho, limitando a análise à arbitragem de conflitos internos de sociedades estabelecidas no Brasil, tendo como lei aplicável o direito brasileiro, e com a sede do processo arbitral no país.

Evidentemente, referências ao direito estrangeiro serão feitas na medida em que houver soluções ou comparações úteis para o objeto de investigação. Assim se dará, por exemplo, com a lei italiana, que adotou uma regulamentação bastante específica para a arbitragem societária no *Decreto Legislativo 5/2003*.

---

recesso dos acionistas dissidentes.

²¹ De acordo com Emmanuel Gaillard e John Savage, a arbitragem internacional consiste no método comum de resolução de conflitos no cenário internacional. Essa constatação decorre de uma série de razões, dentre as quais a neutralidade do juízo arbitral para partes provenientes de diferentes países e a autonomia de que as partes dispõem para estabelecer o seu mecanismo próprio de resolução dos litígios: “International commercial arbitration has witnessed dramatic growth over the last twenty years. Although this reflects to a certain degree the underlying development of international commerce, international arbitration has flourished for a number of other reasons: (...) international arbitration is now acknowledged—because its international character reflects the nature of the disputes being resolved—to be a neutral method of settling commercial disputes between parties from different nations, allowing each of the parties to avoid the “home” courts of its co-contractors; finally, international arbitration gives the parties substantial liberty to design their own dispute resolution mechanism, largely free of the constraints of national law. (...). It is for all these reasons that international arbitration has become the normal method of resolving disputes in international transactions” (GAILLARD, Emmanuel; SAVAGE, John. *Fouchard Gaillard Goldman on International Commercial Arbitration*. Kluwer Law International: 1999. p. 1). Tradução livre: “A arbitragem comercial internacional presenciou um intenso crescimento nos últimos vinte anos. Ainda que isso reflita em certa medida o subjacente desenvolvimento do comércio internacional, a arbitragem internacional se propagou por diversas outras razões: (...) a arbitragem internacional agora é reconhecida—porque seu caráter internacional reflete a natureza das disputas sendo resolvidas—como um método neutro de resolução de impasses comerciais entre partes de diferentes nações, permitindo a cada uma delas evitar as cortes nacionais dos seus co-contratantes; finalmente, a arbitragem internacional concede às partes considerável liberdade para moldarem seu próprio mecanismo de resolução de conflitos, amplamente livre de limitações das leis nacionais. (...). Devido a todas essas razões que a arbitragem internacional se tornou o método comum de resolução de conflitos em transações internacionais”.

3.3. ANÁLISE GERAL QUANTO A TIPOS SOCIETÁRIOS

Também não se restringirá a análise a determinado tipo societário. Não se buscará tratar da arbitragem societária relacionada apenas às sociedades por quotas de responsabilidade limitada ou às sociedades anônimas, por exemplo, ainda que pela sua importância prática tais tipos societários tenham natural destaque.

A princípio, as questões e soluções propostas serão trabalhadas de maneira a se aplicarem indistintamente entre os tipos societários. Evidentemente, haverá questões específicas que demandarão um exame mais detido a respeito de determinado tipo societário, ou ainda casos em que a solução proposta não poderá ser aplicada indistintamente. Assim, por exemplo, a questão do direito de recesso precisará ser abordada de maneira distinta quando se trata de sociedade anônima aberta ou fechada e quando se trata das sociedades do Código Civil. Em hipóteses como essa, procuraremos explicitar as abordagens direcionadas a determinado tipo societário.

3.4. ABORDAGEM GERAL DOS LITÍGIOS SOCIETÁRIOS QUE PODEM SER OBJETO DE ARBITRAGEM

Ainda, não pretendemos analisar casuisticamente conflitos que possam surgir no âmbito interno das sociedades, para tratar de questões de aplicação específica da arbitragem na resolução de tais litígios. O tema será abordado, em geral, de forma a abranger a multiplicidade de conflitos intra-societários. Não se pretende fazer análises casuísticas, que não sirvam a uma visão global a respeito do tema.

Por outro lado, há uma evidente ênfase à questão da impugnação de deliberações societárias que será sentida ao longo da exposição, especialmente quando tratarmos de algumas questões procedimentais decorrentes do tema. Trata-se de questão bastante sensível ao âmbito interno das sociedades e que nos parece ter grande aplicação prática, especialmente no que se refere às sociedades anônimas.

3.5. O INFLUXO DO DIREITO MATERIAL

A análise dos temas pretendidos será feita com base não apenas na doutrina sobre a arbitragem societária, mas também levando em conta os fundamentos do direito

societário, sempre com a premissa de que a aplicação da arbitragem não pode se dissociar do direito material suscitado.

Nesse sentido, vale destacar que a arbitragem, apesar de ser dotada de princípios próprios, sofre o mesmo influxo do direito material que ocorre com o processo civil²². Há uma nítida tensão entre a reafirmação dos princípios e premissas próprios, que regem a arbitragem, e a sua instrumentalidade como meio de resolução de litígios em diversos ramos jurídicos.

Ana Tereza Palhares Basílio e André Fontes, em sucinto artigo, defendem que a arbitragem, pelos seus fundamentos, não pode nem ser encarada apenas como se fosse uma decorrência do direito público – no sentido de ser um processo voltado à sentença de mérito para a resolução de um litígio (de cunho jurisdicional) –, tampouco como se fosse um negócio jurídico, ao qual se aplicaria a disciplina do direito privado:

Suscita-se, ademais, outra indagação: se a arbitragem não é uma categoria própria ou autônoma, e, sim, um contrato ou jurisdição, porque não se aplicam a ela os regimes desses institutos? A resposta é simples: porque o árbitro não é dotado de todos os poderes do juiz e porque a arbitragem não se subordina apenas à autonomia da vontade.

Demais disso, a arbitragem não se limita à aplicação do Direito, pois, sabidamente, pode se realizar por equidade, ou ainda pela praxe, como, por exemplo, as práticas comerciais. A sistemática da arbitragem pode obedecer às cláusulas convencionadas pelos litigantes em formas totalmente distintas do Direito em vigor. Então, nesse caso, a arbitragem não seria jurisdição, contrato ou os dois amalgamados. A arbitragem seria o que, então? A melhor resposta é uma só: arbitragem é arbitragem.²³

Evidentemente, a discussão sobre a natureza jurídica da arbitragem é profunda e bastante controversa, não cabendo na presente dissertação. Tampouco se pretende tomar posição a esse respeito, posicionando-se favoravelmente à teoria autonomista da arbitragem. Em que pese isso, a figura nos parece válida porque “A arbitragem não pode ser uma exceção à idéia de que também ela deveria passar pelo debate de ter uma explicação científica autônoma, de constituir objeto de um estudo próprio e específico (...)”²⁴.

Isso quer dizer que o estudo da arbitragem societária deverá considerar as peculiaridades da arbitragem, já sedimentadas pela doutrina e pela jurisprudência que tratam especificamente do tema. No entanto, como se disse, quando se trata da aplicação

²² YARSHELL e PEREIRA, *Processo Societário*, p. 21-24 (prefácio).

²³ BASÍLIO, Ana Tereza Palhares; FONTES, André R. C. A teoria autonomista da arbitragem. In: *Revista de Arbitragem e Mediação*, ano 5, n. 17, abr.-jun./2008, p. 49-53. p. 51.

²⁴ BASÍLIO e FONTES, *A teoria autonomista da arbitragem*, p. 51.

da arbitragem a algum setor específico do direito (como os contratos administrativos, o direito societário, etc.) não se pode perder de vista a instrumentalidade da arbitragem como meio de resolução de litígios. Essa premissa torna inevitável o estudo dos fundamentos do direito material envolvido.

Vale, nesse sentido, a lição de Haroldo Malheiros Duclerc Verçosa no sentido de que esse tema traz a tona dois sistemas que se interseccionam, sendo o primeiro o do direito societário e o segundo o do direito arbitral. Segundo Verçosa (referindo-se especificamente à sociedade anônima), essa constatação demanda “interpretação coerente com o instituto das companhias, cuja unidade não pode ser quebrada”. Por isso, também, como veremos, “há de se reconhecer que o estatuto social, na qualidade de constituição da companhia, se aplica de forma igual e indistinta a todos os acionistas, dentro de uma unidade orgânica”²⁵.

3.6. PLANO DO TRABALHO

Como se disse, o trabalho se divide em duas partes, subdivididas em capítulos.

A *primeira parte* tratará de premissas gerais para a arbitragem societária no Brasil. Mais precisamente, tratará da adequação e do cabimento da arbitragem em matéria societária, sendo para tanto integrada por dois capítulos.

O *primeiro capítulo* tratará das *vantagens e desvantagens* da arbitragem, focando-se tanto no interesse da companhia (no sentido de empresa) em adotar a arbitragem como meio de resolução de litígios, quanto na necessidade de cuidado para que isso não venha a prejudicar os acionistas (especialmente os minoritários).

O *segundo capítulo* tratará da *arbitrabilidade* sob os ângulos subjetivo e objetivo, no que diz respeito ao âmbito societário. A arbitrabilidade é premissa para a aplicação da arbitragem em qualquer área.

A *segunda parte* destina-se a tratar dos *temas de aplicação* da arbitragem societária no Brasil, tocando em alguns pontos bastante controversos ou ainda pouco explorados (alguns deles tanto na prática quanto na teoria). Nesse ponto, o objetivo será contribuir para uma melhor maturação dessas questões e uma consequente abertura maior à utilização da arbitragem nas sociedades em geral, bem como o seu aprimoramento para as

---

²⁵ VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc. *Curso de Direito Comercial*. v. 3. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 338.

sociedades abertas listadas nos níveis mais altos de governança corporativa da BM&FBovespa.

A segunda Parte terá por objeto será integrada por cinco capítulos.

O *terceiro capítulo* do trabalho se destinará a verificar a eventual admissão do direito de recesso ao sócio dissidente da deliberação que inclui ou suprime a cláusula compromissória societária em uma sociedade já existente. Essa questão, como já dissemos, está intimamente relacionada à *arbitrabilidade subjetiva*.

O *quarto capítulo* tratará brevemente de outra questão adicional relacionada à *arbitrabilidade subjetiva*. Retornar-se-á ao tema da eficácia subjetiva da cláusula arbitral societária, mas agora para tratar de questão específica, referente à possível vinculação, obrigatória e automática, dos órgãos sociais e de seus titulares, em relação à convenção de arbitragem societária. Trata-se de um ponto específico e no qual se encontra grande divergência na doutrina²⁶, razão pela qual optamos por não inseri-lo no segundo capítulo do trabalho, mas sim na segunda parte, que trata de temas sensíveis de aplicação da arbitragem societária.

O *quinto capítulo* tratará da confidencialidade aplicável à arbitragem. Nesse ponto, há uma aparente tensão entre o princípio do *full disclosure*, aplicável às sociedades abertas, e a confidencialidade, que a princípio se mostra atrativa ao direito societário, pela proteção que pode propiciar às sociedades. Além disso, a necessidade de se formar um ambiente acionário mais seguro através (também) do amplo conhecimento de precedentes em matéria societária igualmente poderia conflitar com a confidencialidade²⁷. Trata-se de questão de especial interesse no âmbito das sociedades anônimas abertas.

O *sexto capítulo* tratará de questões procedimentais decorrentes da pluralidade de partes envolvida nos litígios societários. Por se tratar a sociedade de um contrato plurilateral, de colaboração e de longo prazo, há reflexos no desenvolvimento do processo arbitral. Em alguns pontos específicos, não há como tratar a arbitragem no âmbito societário do mesmo modo como se trata o procedimento da arbitragem derivado de contratos bilaterais.

Por fim, o *sétimo capítulo* tratará brevemente da possibilidade de julgamento, pelos árbitros, de impasses de natureza negocial surgidos no âmbito da

---

²⁶ Pedro Batista Martins é favorável à vinculação compulsória dos órgãos sociais e seus titulares (MARTINS, *Arbitragem no Direito Societário*, p. 131-141). Em sentido oposto, Modesto Carvalhosa (CARVALHOSA, *Comentários à Lei de sociedades anônimas*, v.2, p. 402).

²⁷ Essas preocupações foram lançadas por Eduardo Secchi Munhoz (MUNHOZ, *A importância do sistema de solução de conflitos para o direito societário*).

sociedade, diante das previsões do art. 129, §2º, da Lei das S/A, e do art. 1.010, §2º, do Código Civil.

CONCLUSÃO

(i) A nosso ver, o mérito do texto do PL 406/2013, caso aprovado, seria apenas o de deixar claro que a cláusula arbitral societária aprovada por maioria vincula todos os sócios, sejam ausentes, dissidentes ou futuros, sepultando de uma vez por todas as discussões que se seguiram ao advento do §3º do art. 109 da Lei das S/A.

(ii) Já em relação às previsões de direito de recesso e quórum qualificado, consideramos que o Projeto não foi coerente com a função e com a evolução histórica da matéria na legislação brasileira, que sempre visou situações em que a alteração estatutária ou o evento societário tocam as *bases essenciais* do negócio jurídico societário. A proposta do Projeto em relação a tais questões demonstra um viés ideológico, que desconsidera a aplicação do princípio da maioria e coloca a arbitragem em posição de inferioridade em relação ao Judiciário, porque supostamente a via arbitral poderia restringir o acesso de acionistas à justiça.

É bem verdade que deve haver preocupação com o exercício dos direitos dos sócios e com a manutenção da paridade de armas entre os sujeitos que compõem as sociedades. No entanto, acreditamos ter demonstrado que os mecanismos atualmente existentes junto ao Judiciário não têm sido efetivos como era de esperar, o que reaviva a arbitragem como meio de resolução dos litígios societários.

Além disso, a arbitragem, pela sua flexibilidade, pode ser moldada e balizada de forma a se pautar a cada sociedade concretamente considerada (através da redação da cláusula arbitral). Isso permite a criação de mecanismos de proteção no sentido de garantir o exercício do direito de ação pelos sujeitos envolvidos, independentemente da sua condição financeira ou do valor do litígio.

Ainda quanto a esse tema, cabe uma última observação. Nenhum sistema pode ser justo à perfeição, e em todas as circunstâncias. Em muitas situações, o direito opta por privilegiar a justiça do todo em detrimento de situações específicas⁴¹⁸. Aqui, a nosso ver, trata-se exatamente disso. Não se pode privilegiar situações excepcionais e patológicas (em que haveria suposto prejuízo a acionistas minoritários) em detrimento dos princípios que regem o *ordenamento jurídico societário*⁴¹⁹.

---

⁴¹⁸ São exemplos notórios (i) o sistema falimentar, em que parcela dos credores correrá o risco de não receber o seu crédito em prol do exercício da empresa; e (ii) o sistema securitário, em que se reconhece, atualmente, a figura do chamado *adimplemento substancial*. Em todas essas situações, uma situação particular é sacrificada em prol da estabilidade do sistema como um todo.

⁴¹⁹ No tema que analisamos, esses princípios seriam especialmente (i) o princípio majoritário, (ii) a segurança

(iii) Na sequência, podemos também retirar algumas outras conclusões atinentes aos *temas de aplicação* da arbitragem societária que pudemos analisar. Em relação a tais temas, a principal pergunta que se coloca diz respeito à necessidade de sua regulamentação legal.

O exame das questões controversas demonstra que grande parte delas encontra-se sedimentada na *cultura* da arbitragem no Brasil, especialmente por meio dos regulamentos das instituições de arbitragem.

Assim se dá com a questão da confidencialidade, embora seja possível criar disposições mais claras no sentido da extensão do sigilo no caso das sociedades abertas, e mesmo no caso de sociedades fechadas, em decorrência da necessidade de dar ciência a colegitimados a respeito da existência do litígio.

Também em relação às questões procedimentais de que tratamos, pudemos verificar que os mecanismos de (i) apontamento dos árbitros, (ii) intervenção de terceiros e (iii) reunião de processos previstos nos regulamentos das instituições de arbitragem, na esteira da CCI, já dão conta de grande parte das complexidades da arbitragem societária. Cabem, evidentemente, alguns aperfeiçoamentos, especialmente quanto ao mecanismo de notificação de todos os colegitimados a respeito do processo, que ainda não foi tratado nos regulamentos de arbitragem analisados.

Com relação a essas questões, consideramos que não são necessárias previsões legais em relação a cada uma delas. No limite, seria conveniente que a lei impusesse a arbitragem institucional, que traz maior segurança no âmbito societário.

As demais questões controversas tratadas – possibilidade de julgamento por equidade, vinculação dos órgãos sociais e de seus titulares à cláusula arbitral e julgamento por arbitragem de impasses negociais – ainda demandam estudo mais aprofundado para que possam ser devidamente previstas nos regulamentos de arbitragem. Procuramos, quanto a essas questões, apresentar visões possíveis, mas que estão longe de constituir um consenso. É possível, de qualquer forma, que as cláusulas arbitrais societárias esclareçam expressamente esses aspectos, com o objetivo de conferir maior segurança jurídica à escolha da via arbitral.

(iv) Diante desse panorama, acreditamos que, se algo deve ser posto em lei com relação à arbitragem societária, isso deve se limitar (i) à reafirmação da ampla eficácia subjetiva da cláusula arbitral societária e (ii) à imposição do uso da arbitragem

institucional.

Essa nossa conclusão final tem em vista a preservação da arbitragem como um meio de resolução de litígios pautado pela liberdade dos sujeitos envolvidos e pela flexibilidade procedimental. Pressuposto disso, a nosso ver, é o cuidado para não gerar excesso de regulação estatal quanto à arbitragem, que retiraria justamente esse seu caráter de *alternativa* à via judicial – não no sentido de prevalência desta última, mas sim no sentido de constituírem vias diversas, cada uma com as suas vantagens e desvantagens⁴²⁰.

Em outras palavras, o poder legiferante deve interferir na arbitragem com parcimônia. No âmbito da arbitragem societária, essa intervenção parece se justificar apenas no sentido de visar à garantia do exercício de direitos pelos sócios, evitando o *encarceramento societário*, especialmente no âmbito das sociedades abertas. No plano abstrato, essa proteção pode ser desenvolvida por diversos mecanismos, alguns dos quais mencionamos no capítulo III, sem a necessidade de atentado contra a evolução histórica do direito societário. No plano concreto, de todo modo, mantém-se a possibilidade de recorrer ao Judiciário em caso de vedação ao exercício da ação.

---

⁴²⁰ Trata-se de um “movimento pendular”, decorrente do fato de que a arbitragem surgiu antes mesmo da organização da justiça estatal. Com o surgimento e o desenvolvimento desta última (e do próprio Estado), surge a possibilidade de regulação legal da arbitragem. No entanto, essa regulação não pode ultrapassar certos limites, sob pena de produzir um movimento no sentido da inutilização da arbitragem. Em síntese, a preservação da arbitragem (como instituto de utilidade prática) depende da manutenção (i) da liberdade *da* sua utilização e (ii) da liberdade *na* sua utilização. Essa noção pode ser encontrada em: SOUZA JR., Lauro Gama. Autonomia da vontade nos contratos internacionais do Direito Internacional Privado brasileiro: uma leitura constitucional do artigo 9º da Lei de Introdução ao Código Civil em favor da liberdade de escolha do direito aplicável. In: TIBÚRCIO, Carmem; BARROSO, Luís Roberto (org.). *O direito internacional contemporâneo: estudos em homenagem ao professor Jacob Dolinger*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. p. 601.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACERBI, Andrea Goes. A extensão dos efeitos da cláusula compromissória nos estatutos das sociedades anônimas. In: VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc (org.). Aspectos da arbitragem institucional: 12 anos da Lei 9.307/1996. São Paulo: Malheiros, 2008, p. 181-231.

ADAMEK, Marcelo Vieira von. Abuso de minoria em direito societário. São Paulo: Malheiros, 2014.

ALVES, Alexandre Ferreira de Assumpção. A arbitragem no direito societário. In: Revista da Faculdade de Direito de Campos, ano VII, n. 9, dez./2006, p. 7-34.

ALVIM, Arruda. A posição dos sócios e associados em relação a ações movidas contra as sociedades e associações de que façam parte. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti J. (coord.). Processo societário. São Paulo: Quartier Latin, 2012, p. 59-76.

ALVIM, J. E. Carreira. Intervenção de terceiros na arbitragem. In: MARTINS, Pedro A. Batista; GARCEZ, José Maria Rossani. Reflexões sobre Arbitragem. In memoriam do Desembargador Cláudio Vianna de Lima. São Paulo: LTr, 2002, p. 261-275.

ARMELIN, Donaldo. A arbitragem como melhor forma de solução da controvérsia entre a holding e as empresas subsidiárias. In: Revista de Arbitragem e Mediação, ano. 5, n. 16, jan.-mar./2008, p. 205-210.

ARMELIN, Donaldo; COSTA, Vamilson J. Mandado de segurança contra ato do Presidente da Junta Comercial do Estado de São Paulo – Jucesp (parte das razões). Trabalho Forense. In: Revista de Arbitragem e Mediação, ano 6, n. 20, jan.-mar./2009, p. 337-348.

ASCARELLI, Tullio. Problemas das sociedades anônimas e direito comparado. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1969.

ASQUINI, Alberto. Perfis da empresa. In: Revista de Direito Mercantil, v. 35, n. 104, p. 109-126.

AYGUL, Musa; GULTUTAN, Dolgan. Chapter 5: Arbitration Procedure. In: ESIN, Ismael; YESILIRMAK, Ali (eds.). *Arbitration in Turkey*, Kluwer Law International, 2015, p. 73-140.

BARBIERI, Giorgio; BELLA, Enrico. *Il nuovo diritto dell'arbitrato*. Padova: Cedam, 2007.

BARROCAS, Manuel Pereira. *Manual de Arbitragem*. Coimbra: Almedina, 2010.

BASÍLIO, Ana Tereza Palhares; FONTES, André R. C. A teoria autonomista da arbitragem. In: *Revista de Arbitragem e Mediação*, ano 5, n. 17, abr.-jun./2008, p. 49-53.

BERTOLDI, Marcelo M. *Reforma da Lei das Sociedades Anônimas – Comentários à Lei 10.303, de 31.10.2001*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

BORN, Gary. *International Arbitration: Law and Practice*. Kluwer Law International, 2012.

_____. *International Commercial Arbitration*, Kluwer Law International, 2 ed., 2014.

BOVE, Mario. L'arbitrato societario tra disciplina speciale (e nuova) disciplina di diritto comune. In: *Rivista di Diritto Processuale*, ano LXIII, n. 4, jul.-ago./2008, p. 931-954.

BUZAID, Alfredo. *Do agravo de petição no sistema do Código de Processo civil*. São Paulo: Saraiva, 1956.

CAETANO, Luiz Antunes. *Arbitragem e Mediação: rudimentos*. São Paulo: Atlas, 2002.

CAHALI, Francisco José. *Curso de Arbitragem*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

CANTIDIANO, Luiz Leonardo. *Reforma da Lei das S.A. comentada*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

CAPRASSE, Olivier. *Les Sociétés et L'Arbitrage*. Bruxelles: Bruylant, 2002.

CARAMELO, António Sampaio. A arbitragem de litígios societários. In: *Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação*, ano IV, 2011, p. 7-64.

_____. Critérios de arbitrabilidade dos litígios. Revisitando o

tema. In: Revista de Arbitragem e Mediação, ano 7, n. 27, out.-dez./2010, p. 129-161.

CARMONA, Carlos Alberto. Arbitragem e Processo: um comentário à Lei no 9.307/96. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CARVALHOSA, Modesto. Comentários à Lei de sociedades anônimas. v. 2, 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

_____. Comentários à lei de sociedades anônimas. v. 4, t. 1. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

_____. Comentários à Lei de Sociedades Anônimas. v. 4, t. 2. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

CARVALHOSA, Modesto; EIZIRIK, Nelson. A nova Lei das S.A. São Paulo: Saraiva, 2002.

CASTRO, Rodrigo R. Monteiro de; ARAÚJO, Rodrigo Mendes de. Tutelas de urgência e o direito de retirada dos sócios nas sociedades limitadas. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti J. (coord.). Processo societário. São Paulo: Quartier Latin, 2012, p. 667-691.

CHIARLONI, Sergio. Appunti sulle controversie deducibili in arbitrato societario e sulla natura del lodo. In: Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile, anno LVIII, n. 1, Marzo 2004, Milano, Giuffrè, p. 123-135.

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. v. 2. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. Curso de Direito Comercial. v. 2. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

COELHO, José Washington. Aspectos polêmicos da nova Lei das Sociedades Anônimas. São Paulo: Resenha Universitária, 1977.

COHEN, Daniel. Arbitrage et Sociétés. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1993.

COMPARATO, Fábio Konder. O novo direito de retirada do acionista nos casos de fusão e incorporação. In: Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro, ano

XXXVIII, v. 116, p. 11-16.

COMPARATO, Fábio Konder; SALOMÃO FILHO, Calixto. O poder de controle na sociedade anônima. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

CORAPI, Diego. Notas sobre a arbitragem “econômica” nas sociedades. In: Revista de Arbitragem e Mediação, ano 1, n. 3, set.-dez./2004, p. 155-160.

CORRÊA-LIMA, Osmar Brina. Sociedade Anônima. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

CRETELLA NETO, José. Comentários à Lei de Arbitragem Brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

_____. Quão sigilosa é a arbitragem? In: Revista de Arbitragem e Mediação, ano 7, n. 25, abr.-jun./2010, p. 43-70.

CUKIER, Daniel Ber. A arbitragem aplicada ao direito societário. In: Revista de Arbitragem e Mediação, ano 11, n. 41, abr.-jun./2014, p. 225-241.

DIAS, Leonardo Adriano Ribeiro; BECUE, Sabrina Maria Fadel. Conflitos Societários e arbitragem: considerações sobre a reforma do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado. In: PENTEADO, Mauro Rodrigues; MUNHOZ, Eduardo Secchi (coord.). Mercado de Capitais Brasileiro: doutrina, cases e materials. São Paulo: Quartier Latin, 2012, p. 195-223.

DINAMARCO, Cândido Rangel. Processo Civil Empresarial. São Paulo: Malheiros, 2010.

EIZIRIK, Nelson Laks. A Lei das S.A Comentada. v. 2. São Paulo: Quartier Latin, 2011.

_____. A Lei das S/A Comentada. v. 3. São Paulo: Quartier Latin, 2011.

ENEI, José Virgílio Lopes. A Arbitragem nas Sociedades Anônimas. In: Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro, n. 129, 2003, p. 136-173.

FERREIRA, Waldemar. Tratado de Direito Comercial. v. III. São Paulo: Saraiva, 1961.

FERRO, Marcelo Roberto. O financiamento de arbitragens por terceiro e a independência do árbitro. In: CASTRO, Rodrigo R. Monteiro de; WARDE JÚNIOR, Walfrido Jorge;

GUERREIRO, Carolina Dias Tavares (coord.). *Direito empresarial e outros estudos em homenagem ao Professor José Alexandre Tavares Guerreiro*. São Paulo: Quartier Latin, 2013, p. 619-639.

FINKELSTEIN, Claudio. Arbitragem no direito societário. In: FINKELSTEIN, Maria Eugênia; PROENÇA, José Marcelo Martins (coord.). *Direito societário: sociedades anônimas*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

FLAKS, Luís Loria. A arbitragem na reforma da Lei das S/A. In: *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*, n. 131, jul.-set./2003, p. 100-121.

FONSECA, Elena Zucconi Galli. La convenzione arbitrale nelle società dopo la riforma. In: *Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile*, ano LVII, n. 3, set./2003, Milano, Giuffrè, p. 929-972.

FONSECA, Priscila M. P. Corrêa da. *Dissolução Parcial, Retirada e Exclusão de Sócio*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FORGIONI, Paula A. *Teoria Geral dos Contratos Empresariais*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

FOUCHARD, Philippe; GAILLARD, Emmanuel; GOLDMAN, Berthold. Fouchard, Gaillard and Goldman on International commercial arbitration. Kluwer Law International, 1999.

FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes. Excerto do “Direito Societário I – Fundamentos”, de Herbert Wiedemann (Tradução). In: *Temas de Direito Societário, Falimentar e Teoria da Empresa*. São Paulo: Malheiros, 2009.

_____. “Fato relevante” e a necessidade de sua divulgação. In: *Temas de Direito Societário, Falimentar e Teoria da Empresa*. São Paulo: Malheiros, 2009.

FRANKEL, Alisson. Shareholders beware: Federal judge Oks corporate arbitration clause (Opinion). In: Reuters, 27.3.2014. Disponível em: <http://blogs.reuters.com/alison-frankel/2014/03/27/shareholders-beware-federal-judge-oks-corporate-arbitration-clause/>. Acesso em: 29.8.2014.

FRANZONI, Diego. O problema das deliberações conexas: alguns reflexos no processo. In: Revista de Processo, ano 39, n. 235, set. 2014, p. 243-260.

FRANZONI, Diego; DAVIDOFF, Fernanda. Interpretação do critério da disponibilidade com vistas à arbitragem envolvendo o Poder Público. In: Revista de Arbitragem e Mediação, ano 11, n. 41, p. 243-264.

GALGANO, Francesco. La forza del numero e la legge della ragione: storia del principio di maggioranza. Bologna: Il Mulino, 2007

_____. (diretto da). Trattato di Diritto Commerciale e di Diritto Pubblico Dell'Economia. v. VII. Padova: Cedam, 1984.

GARCEZ, José Maria Rossani. Arbitrabilidade no direito brasileiro e internacional. In: Revista de Direito Bancário, do Mercado de Capitais e da Arbitragem, ano 4, v. 12, abr.-jun./2001, p. 337-356.

_____. Arbitragem nacional e internacional. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

GIERKE, Otto von. Sulla Storia del Principio di Maggioranza. In: Rivista delle Società, Milano, ano 6, p. 1.103-1.120.

GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. Direito de Empresa: comentários aos artigos 966 a 1.195 do Código Civil. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

_____. Lições de Direito Societário. v. 1. 2. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004.

_____. Lições de direito societário. v. 2. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2005.

GONÇALVES, Eduardo Damião. Arbitrabilidade objetiva. USP, tese apresentada como requisito à obtenção do grau de doutor em Direito Internacional, 2008.

GORGA, Érica. Arbitragem, governança corporativa e retrocesso no mercado de capitais brasileiro. In: Revista de Direito Empresarial, ano 2, v. 1, jan.-fev./2014, p. 125-141.

_____. Direito Societário Atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

GRINOVER, Ada Pellegrini. A tutela coletiva dos investidores no mercado de valores mobiliários: questões processuais. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti J. (coord.). Processo Societário. São Paulo: Quartier Latin, 2012, p. 27-58.

GROLA, Fúlvia Bolsoni; FINZI, Igor. Arbitragem ad hoc, institucional e regimental: uma análise sobre vantagens e desvantagens. O que considerar no momento da escolha do tipo de arbitragem? In: Revista de Direito Empresarial, ano 2, n. 1, jan.-fev./2014, p. 224-248, Caderno Especial – O negócio jurídico da arbitragem.

GUERREIRO, José Alexandre Tavares. Direito de retirada: um limite ao princípio majoritário na sociedade anônima. In: Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro, ano XLVIII, v. 151/152, jan.-dez./2009, p. 13-21.

HANOTIAU, Bernard. L'arbitrabilité des litiges en matière de droit des sociétés. In: Liber Amicorum Claude Reymond. Paris: Litec, 2004, p. 97-110.

_____. The Standards and Burden of Proof in International Arbitration. In: Arbitration International, Kluwer Law International, 1994, v. 10, p. 317-364.

HEARSOLTE-VAN HOF, Jacomijn J. van. UNCITRAL Arbitration Rules, Section IV, Form and Effect of the Award. In: MISTELIS, Loukas A. Concise International Arbitration. Kluwer Law International, 2010, p. 216-218.

JABARDO, Cristina Saiz. “Extensão” da cláusula compromissória na arbitragem comercial internacional: o caso dos grupos societários. USP, dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de mestre em Direito Internacional, 2009.

JOST, Mariana Silveira Martins; NICOLAU, Jean Eduardo Batista. Arbitragem por equidade. In: Revista de Direito Empresarial, ano 2, v. 2, mar.-abr./2014, p. 283-301, Caderno Especial - O negócio jurídico da arbitragem.

KLEIN, Aline Lícia. A arbitragem nas concessões de serviço público. In: PEREIRA, Cesar Augusto Guimarães; TALAMINI, Eduardo (coord.). Arbitragem e poder público. São Paulo: Saraiva, 2010.

KNAHR, Christina; REINISCH, August. Transparency versus Confidentiality in International Investment Arbitration – The Biwater Gauff Compromise. In: The Law and

Practice of International Courts and Tribunals 6, 2007, p. 97-118.

KROETZ, Tarcísio Araújo. Arbitragem: conceitos e pressupostos de validade. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

_____. Efeito vinculante da cláusula compromissória no direito societário. In: Cadernos Jurídicos da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Paraná. n. 45, out./2013, p. 1-2.

LAMY FILHO, Alfredo; PEDREIRA, José Luiz Bulhões. Direito das Companhias. v. 1. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

LEMES, Selma. Arbitragem na Administração Pública: fundamentos jurídicos e eficiência econômica. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

_____. Dutco Construction v. BKMI et Siemens (1992). Clássicos da Arbitragem. Cour de Cassation. In: Revista Brasileira de Arbitragem, ano 8, n. 29, jan.-mar./2011, p. 210-213.

LEPORACE, Guilherme. Cláusulas compromissórias estatutárias: análise da proposta de nova regulamentação sob a ótica da lógica econômica e da política legislativa. In: Revista de Arbitragem e Mediação, ano 11, n. 40, jan.-mar./2014, p. 63-78.

LÉVY, Daniel de Andrade. Aspectos Polêmicos da Arbitragem no Mercado de Capitais. In: Revista Brasileira de Arbitragem, ano 7, n. 27, jul.-ago./2010, p. 7-37.

_____. Estudo Comparado da Arbitragem no Mercado de Capitais. In: Revista de Direito Mercantil, ano XLIX, n. 155/156, ago.-dez./2010, p. 275-300.

LEW, Julian D. M.; MISTELIS, Loukas A.; KRÖLL, Stefan Michael, et. al. Comparative International Commercial Arbitration. Kluwer Law International, 2003.

LOBO, Carlos Augusto da Silveira. A cláusula compromissória estatutária. In: Revista de Arbitragem e Mediação, ano 6, n. 22, jul.-set./2009, p. 11-32.

_____. A cláusula compromissória estatutária (II): anotações adicionais. In: Revista de Arbitragem e Mediação, ano 7, n. 27, out.-dez./2010, p. 46-55.

_____. Conselho Fiscal de Sociedade Anônima: atuação individual e autônoma de seus membros. In: Doutrinas Essenciais de Direito Empresarial, v. 3. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010, p. 357-369.

LOBO, Jorge. Teoria do Direito Societário. In: KUYVEN, Luiz Fernando Martins (coord.). Temas essenciais de direito empresarial: estudos em homenagem a Modesto Carvalhosa. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 668-680.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos; BARIONI, Rodrigo; MEDEIROS NETO, Elias Marques de. Ação anulatória de sentença arbitral: hipóteses taxativas? In: Migalhas, 14.10.2014. Disponível em:

<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16%2cMI209192%2c101048->

Acao+anulatoria+de+sentenca+arbitral+hipoteses+taxativas. Acesso em: 14.10.2014.

LUIISO, Francesco Paolo. Il nuovo processo societario. Torino: G. Giappichelli Editore, 2006.

MAKANT, Barbara. A Arbitrabilidade Subjetiva nas Sociedades Anônimas. In: Revista de Arbitragem e Mediação, ano 2, n. 4, jan.-mar./2005, p. 82-103.

MAKANT, Barbara; QUEIROZ, Samantha Longo. Comentários à nova lei sobre arbitragem societária italiana (Dec. 5, de 17.01.2003). In: Revista de Arbitragem e Mediação, ano 1, n. 3, set.-dez./2004, p. 293-309.

MARGONI, Anna Beatriz Alves; GURREIRO, Carolina Dias Tavares. Exercício abusivo do poder de controle e o dever de reparar o dano. In: Direito Empresarial e outros estudos de Direito em homenagem ao Professor José Alexandre Tavares Guerreiro. São Paulo: Quartier Latin, 2013, p. 475-493.

MARTINS, Pedro Batista. Arbitragem no Direito Societário. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

MELO, Leonardo de Campos. Extensão da cláusula compromissória e grupos de sociedades. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2013.

MESSINEO, Francesco. *Manuale de Diritto Civile e Commerciale*. Milano: Giuffrè, 1954. v. III, t. I.

MIRANDA, Pontes de. *Tratado de Direito Privado. Parte Especial, Tomo L*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

MOREIRA, Daniela Bessone Barbosa. A Convenção arbitral em estatutos e contratos sociais. In: ALMEIDA, Ricardo Ramalho (coord.). *Arbitragem Interna e Internacional: questões de doutrina e da prática*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p. 361-391.

MUNHOZ, Eduardo Secchi. A importância do sistema de solução de conflitos para o direito societário: limites do instituto da arbitragem. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti J. (coord.). *Processo Societário*. São Paulo: Quartier Latin, 2012, p. 77-99.

_____. Transferência de controle nas companhias sem controlador majoritário. In: CASTRO, Rodrigo R. M. de; MOUZA AZEVEDO, Luís André N. de (coord.). *Poder de controle e outros temas de direito societário e mercado de capitais*. São Paulo: Quartier Latin, 2010, p. 286-324.

OLIVEIRA, Eduardo Ribeiro de. Notas sobre o conceito de lide. In: *Revista de Processo*, ano 9, n. 34, abr.-jun./1984, p. 85-95.

OLIVEIRA, Gustavo Henrique Justino de. A arbitragem e as Parcerias Público-Privadas. In: SUNDFELD, Carlos Ari (coord.). *Parcerias Público-Privadas*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

PARGENDLER, Mariana; PRADO, Viviane Muller; BARBOSA JR., Alberto. Cláusulas Arbitrais no Mercado de Capitais Brasileiro: alguns dados empíricos. In: *Revista de Arbitragem e Mediação*, ano 11, n. 40, jan.-mar./2014, p. 105-111.

PELA, Juliana Krueger. Notas sobre a eficácia da Cláusula Compromissória Estatutária. In: *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*, v. 126, abr.-jun./2002, p. 129-140.

PELLEGRINO, Antonio Pedro de Lima. Cláusula compromissória estatutária e litisconsórcio facultativo unitário. In: *Revista de Arbitragem e Mediação*, ano 9, n. 35,

out.-dez./ 2012, p. 71-104.

PIERALLI, Alessandro. Commentario al nuovo arbitrato societario in Italia: un confront com la Spagna. In: Revista de Direito Empresarial, n. 3, jan.-jun./2005, p. 157-170.

PINTO, José Emilio Nunes. A arbitrabilidade de controvérsias nos contratos com o Estado e empresas estatais. In: Revista Brasileira de Arbitragem, ano 1, n. 1, jan.-mar./2004.

_____. A confidencialidade na arbitragem In: Revista de Arbitragem e Mediação, ano 2, n. 6, jul.-set./2005, p. 25-36.

REDFERN, Alan; HUNTER, Martin; BLACKABY, Nigel; PARTASIDES, Constantine, et. al. Redfern and Hunter on International Arbitration. Oxford University Press, 2009.

REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. v. 2. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

_____. O controle e a proteção dos acionistas. In: Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro, ano XIII, v. 15/16, nova série 1974, p. 23-36.

RICCI, Edoardo F. Admissibilidade de arbitragem nas lides sobre invalidade dos contratos: uma interpretação do art. 1º da Lei 9.307/96. In: Lei de Arbitragem Brasileira: oito anos de reflexão. Questões polêmicas. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 126-145.

_____. Desnecessária conexão entre disponibilidade do objeto da lide e admissibilidade da arbitragem: reflexões evolutivas. In: LEMES, Selma Ferreira; CARMONA, Carlos Alberto; MARTINS, Pedro Batista (coord.). Arbitragem: estudos em homenagem ao Prof. Guido Fernando Silva Soares, In memoriam. São Paulo: Atlas, 2007, p. 402-412.

ROCHA, José de Albuquerque. Lei de Arbitragem: uma avaliação crítica. São Paulo: Atlas, 2008.

ROSSI, Livia. Arbitragem na Lei das Sociedades Anônimas. In: Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro, n. 129, jan.-mar./2003, p. 186-205.

SALLES, Marcos Paulo de Almeida. Da arbitrabilidade. In: Revista de Direito Bancário, do Mercado de Capitais e da Arbitragem, ano 3, n. 10, out.-dez./2000, p. 360-365.

_____. Efeitos da judicialização da arbitragem. In: Revista de Arbitragem e Mediação, ano 4, n. 13, 2007, p. 30-37.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

SCAVONE JUNIOR, Luiz Antonio. Manual de Arbitragem. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

SEGALL, Pedro Machado. Da vinculação dos sócios à cláusula arbitral estatutária. Comentários ao Agln 1.0035.09.169452-7/001. In: Revista de Arbitragem e Mediação, ano 8, n. 31, out.-dez./2011, p. 355-370.

SOUZA JR., Lauro Gama. Autonomia da vontade nos contratos internacionais do Direito Internacional Privado brasileiro: uma leitura constitucional do artigo 9º da Lei de Introdução ao Código Civil em favor da liberdade de escolha do direito aplicável. In: TIBÚRCIO, Carmem; BARROSO, Luís Roberto (org.). O direito internacional contemporâneo: estudos em homenagem ao professor Jacob Dolinger. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

_____. Sinal Verde para a Arbitragem nas Parcerias Público-Privadas (A Construção de um Novo Paradigma para os Contratos entre o Estado e o Investidor Privado). In: Revista Brasileira de Arbitragem, ano 2, n. 8, out.-dez./2005.

TALAMINI, Eduardo. Arbitragem e Parceria Público-Privada (PPP). In: TALAMINI, Eduardo; JUSTEN, Monica Spezia (coord.). Parcerias Público-Privadas: um enfoque multidisciplinar. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, p. 333-358.

_____. Legitimidade, Interesse, Possibilidade Jurídica e Coisa Julgada nas Ações de Impugnação de Deliberações Societárias. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti J. Processo Societário. São Paulo: Quartier Latin, 2012, p. 101-155.

TEPEDINO, Gustavo. Consensualismo na arbitragem e teoria do grupo de sociedades. In: Doutrinas essenciais de arbitragem e mediação, v. 4, set./ 2004, p. 255-265.

TIMM, Luciano. O acordo de acionistas e o uso da arbitragem como forma de resolução de

conflitos societários. In: Revista Brasileira de Arbitragem, n. 15, jul.-set./2007, p. 27-42.

TOLEDO, Paulo Fernando Campos Salles de. A arbitragem na Lei das Sociedades Anônimas. In: Sociedade anônima, 30 anos da Lei 6.404/76. São Paulo: Quartier Latin, 2007, p. 247-271.

TOMAZETTE, Marlon. Curso de Direito Empresarial. v. 1. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

TRAKMAN, Leon E. Confidentiality in International Commercial Arbitration. In: Arbitration International, Kluwer Law International, 2002, v. 18, p. 1-18.

VALÉRIO, Marco Aurélio Gumieri. A arbitragem nas sociedades anônimas: vinculação dos acionistas novos, ausentes, dissidentes e administradores à cláusula compromissória. Inclusão do § 3o ao art. 109 da Lei 10.303/2001. In: Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro, n. 139, p. 164-176.

VALVERDE, Trajano de Miranda. Sociedades por ações. v. 2. 2. ed. Rio de Janeiro: Revista Forense, 1953.

VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc. Aspectos da arbitragem no direito societário. In: Revista de Direito Empresarial, ano 2, n. 6, nov.-dez./2014, p. 251-259.

_____. Curso de Direito Comercial. v. 2. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

_____. Curso de Direito Comercial. v. 3. São Paulo: Malheiros, 2008.

VIEIRA, Maíra de Melo. Vinculação de todos os sócios à cláusula compromissória estatutária aprovada por maioria: Comentários à Ap 0126050-67.2006.8.26.0000. In: Revista de Arbitragem e Mediação, ano 9, n. 33, abr.-jul./2012, p. 377-385.

VIEIRA, Maíra de Melo; BENETI, Giovana Valentiniano; VERONESE, Lígia Espolaor; BOSCOLO, Ana Teresa de Abreu Coutinho. Arbitragem nos conflitos societários, no mercado de capitais e a reforma do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado (CAM) da BM&FBovespa. In: Revista de Arbitragem e Mediação, ano 11, n. 40, p. 193-232.

VILELA, Marcelo Dias Gonçalves. Aplicabilidade da arbitragem na resolução de conflitos societários no âmbito da sociedade limitada. In: VILELA, Marcelo Dias Gonçalves (coord.). Métodos extrajudiciais de solução de controvérsias. São Paulo: Quartier Latin, 2007, p. 129-155.

_____. Arbitragem no Direito Societário. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.

VISCASILLAS, Pilar Perales. Arbitrability of (intra-) corporate disputes (Chapter 14). In: MISTELIS, Loukas A.; BREKOULAKIS, Stavros L. Arbitrability: International & Comparative Perspectives. Wolters Kluwer, 2009, p. 273-292.

WALD, Arnaldo. A arbitrabilidade dos conflitos societários: considerações preliminares (1). In: Revista de Arbitragem e Mediação, coord. Arnaldo Wald, ano 4, n. 12, jan.-mar./2007, p. 22-28.

_____. A arbitragem, os grupos societários e os conjuntos de contratos conexos. In: Revista de Arbitragem e Mediação, ano 1, n. 2, mai.-ago./ 2004, p. 31-59.

_____. A crise e a arbitragem no direito societário e bancário. In: Revista de Arbitragem e Mediação, ano 6, n. 20, jan.-mar./2009, p. 9-24.

_____. Direito de recesso. In: Doutrinas essenciais de direito empresarial, v. 3. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010, p. 1.083-1.093.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. Curso Avançado de Processo Civil: execução. v. 2, 13. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

WARDE JR., Jorge; CUNHA, Fernando Antonio Maia da. A Arbitragem e os limites à atuação do Judiciário nos litígios societários. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti J. (coord.). Processo Societário. São Paulo: Quartier Latin, 2012, p. 725-758.

WIEDEMANN, Herbert. Gesellschaftsrecht I – Ein Lehrbuch des Unternehmens und Verbandsrechts – Band I – Grundlagen. München, C. H. Beck, 1980.

WLADECK, Felipe Sripes. Impugnação da sentença arbitral. Salvador, Jus Podium, 2014.

XAVIER, Vasco da Gama Lobo. Anulação de deliberação social e deliberações conexas. Coimbra: Almedina, 1998.

YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti J. (coord.). Processo Societário. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

YONEKURA, Sandra Yuri. A arbitragem e a Lei das Sociedades Anônimas. In: Revista de Direito Empresarial, n. 2, jul.-dez./2004, p. 81-94.